

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 110.620 - SP (2019/0092853-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**RECORRENTE** : ERIK SALIBA  
**ADVOGADOS** : ARAI DE MENDONÇA BRAZÃO E OUTRO(S) - SP197602  
VINICIUS ANDRE FERREIRA LIMA - SP372555  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**DECISÃO**

Trata-se de recurso em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por **ERIK SALIBA** contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Consta dos autos que o recorrente responde a ação penal pela prática, em tese, da conduta descrita no art. 171, § 2º, VI e § 3º, do Código Penal. No curso da instrução a defesa pleiteou a produção de "prova emprestada" de outra ação penal, o Juízo processante indeferiu o pedido.

Inconformada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o TJSP, que indeferiu liminarmente a ordem (e-STJ fls. 40-46).

Neste recurso ordinário, alega o recorrente que: "A citada decisão proferida pela autoridade coatora (1ª Instância) configura constrangimento ilegal na medida em que impede a Defesa do impetrante de produzir provas absolutamente pertinentes e compatíveis com os pontos controvertidos da demanda" (e-STJ, fl. 60).

Ao final, requer a concessão da ordem, liminarmente e no mérito, para que seja determinada a produção da prova pleiteada.

**É o relatório.**

Decido.

A concessão de liminar em *habeas corpus* constitui medida excepcional, uma vez que somente pode ser deferida quando demonstrada, de modo claro e indiscutível, ilegalidade no ato judicial impugnado.

Na espécie, sem qualquer adiantamento do mérito da demanda, não vislumbro, ao menos neste instante, a presença de pressuposto autorizativo da concessão da tutela de urgência pretendida.

Mesmo porque, para preservação do princípio da colegialidade, não é recomendável que seja deferida tutela de urgência que se confunde com o mérito da pretensão formulada no *habeas corpus* (HC 306.389/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe de 14/10/2014; HC 306.666/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, DJe de 13/1/2014), e que será analisada oportunamente.

Assim, **indefiro** o pedido de liminar.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Cumprida a diligência acima referenciada, tornem-me conclusos.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS

Relator